

LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA EIRELI / CNPJ: 02.956.244/0001-78
Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas – Minas Gerais

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90012/2025

CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG (153028)

OBJETO: “Contratação futura de serviço de confecção de armação metálica de prótese parcial removível, para atender as necessidades da Faculdade de Odontologia da UNIFAL-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

A empresa, **LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA**, CNPJ: 02.956.244/0001-78, com sede à Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas, e-mail: labominas@gmail.com labominasprotese@hotmail.com, legalmente representada pelo Srº Luciano de Freitas Silva, portador do CPF: 028.521.266-48 e RG: M-8909579, por seu sócio-gerente/administrador abaixo-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar o pedido de **RETIFICAÇÃO**, em face a DESCLASSIFICAÇÃO, ao fito de que **“no descritivo do item mencionado pela empresa, insere-se materiais como placa de dentes, resinas termopolimerizáveis e autopolimerizáveis que não compõem o objeto descrito no edital”**; contudo encontra-se TOTALMENTE equivocada a respeitada decisão do Pregoeiro(a), senão vejamos;

Agora vejamos do DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÃO do objeto da licitação instada na RELAÇÃO DE ITENS do EDITAL:

1 - Confecção de prótese dentária fixa - total / parcial	
Descrição Detalhada: 131663 - Serviço de confecção de armação metálica de prótese parcial removível (composição em liga de cobalto cromo).	
Tratamento Diferenciado: Não	
Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não	Critério de Julgamento: Menor Preço
Quantidade Total: 300	Critério de Valor: Valor Estimado
Quantidade Máxima para Adesões: 600	Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00	
Local de Entrega (Quantidade): Alfenas/MG (300)	

Agora vejamos do DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÃO do objeto da licitação instada na RELAÇÃO DE ITENS da PROPOSTA REALINHADA da licitante:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE / NOME DO PROPONENTE: LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA.
ENDEREÇO: Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas.
CIDADE/UF: Alfenas - MG. CEP: 37.132-160.
CNPJ: 02.956.244/0001-78. e-mail: labominas@gmail.com labominasprotese@hotmail.com .
FONE: 35-3297-3471 / 35-9882546661.
REPRESENTANTE LEGAL: Luciano de Freitas Silva.

Item	Especificação	UND	Marca	Valor Unitário	Valor Total	Quant
01	Serviço de confecção de armação metálica de prótese parcial removível (composição em liga de cobalto cromo)	UND	Em anexo	R\$ 270,00	R\$ 81.000,00	300

Valor total 81.000,00(oitenta e um mil reais)

Declaro que a presente proposta terá a validade de 120 (cento e vinte) dias a contar da abertura da fase julgamento, comprometendo-me a mantê-la inalterável pelo referido período e demais condições conforme Edital.

Ou seja no DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÃO do objeto da presente licitação, não há/possui diferenças, dos apontados pela aqui licitante, e pela edital, conforme apontado e demonstrado em epígrafe.

O presente Pedido de RETIFICAÇÃO da decisão do comissão de licitação é plenamente tempestivo, uma vez que a ILEGALIDADE de DESCLASSIFICAR a proposta da licitante, se deu ao arrepio da Lei de licitações e ao Edital, em tela, e mesmo por que a matéria ventilada é de **ORDEM PÚBLICA**, pois há uma ilegalidade insanável na decisão de DESCLASSIFICAÇÃO da licitante, contra a LEI/Decretos, conforme ver-se-á no decorrer, da presente impugnação.

Conforme Jurisprudência e súmula do STF - Supremo Tribunal Federal, quando, vislumbra-se que a matéria é de Ordem Pública, não há/existe prazo decadencial/preclusão, tudo conforme súmula 473 do STF:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Dá súmula nº 346-STJ

Enunciado: **A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.**

Data de Aprovação / Sessão Plenária de 13/12/1963 / Fonte de publicação: Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal – Anexo ao Regimento Interno. Edição: Imprensa Nacional, 1964, p. 151. Referência Legislativa: Código Civil de 1916, art. 145; e art. 147. Observação / Veja Súmula 6 e Súmula 473. Precedentes: RMS 9460 / Publicação: DJ de 18/04/1963 / RMS 8731 / Publicação: DJ de 02/07/1962 / RMS 9217 / Publicação: DJ de 01/06/1962 / RMS 7983 / Publicações: DJ de 07/08/1961 / RTJ 19/41 / MS 4609 / Publicações: DJ de 24/12/1957 / RTJ 3/651 / RE 26565 / Publicações: DJ de 05/12/1957 / RTJ 3/655 / RMS 1135 / Publicação: DJ de 17/08/1950 / RE 9830 / Publicação: DJ de 18/01/1950 / ACi 7704 / Publicação: DJ de 10/08/1943

A desclassificação da licitante, aponta para o art. 9 e seus incisos da Lei 14.133/21, e acredita nele e na sua aplicação, senão vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Será que a desclassificação, foi uma confusão de análise de outra licitação ??? Pois acreditamos, que o Pregoeiro(a); jamais iria tomar uma atitude de desclassificar uma licitante que esteja com a ESPECIFICAÇÃO com a DESCRIÇÃO igual ao do edital.

Ademais caso a desclassificação, persista, desde já aponta-se para uma possível conduta dolosa/prevaricação e nesta data iremos junto ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Justiça Federal, pois o polo passivo é FEDERAL.

Nestes termos;

Roga-se deferimento, para a retificação da desclassificação, da licitante, ora peticionante;

Alfenas 06 de maio de 2025



LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA
CNPJ: 02.956.244/0001-78
Luciano de Freitas Silva
CPF: 028.521.266-48/RG: M-8909579/TPD: 3591

LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA EIRELI / CNPJ: 02.956.244/0001-78
Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas – Minas Gerais

LABOMINAS
LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA.
CNPJ 02.956.244/0001-78
(35) 3291-4944 / 3297-3471 / 98825-4661
Rua João Fonseca, 145 - Jd. Vista Alegre
Alfenas-MG - labominas@gmail.com